



ASSOCIAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS
DA ÁREA SOCIOJURÍDICA DO BRASIL



*“Os funcionários não funcionam.
Os políticos falam mas não dizem.
Os votantes votam mas não escolhem.
Os meios de informação desinformam.
Os centros de ensino ensinam a ignorar.
Os juízes condenam as vítimas.
Os militares estão em guerra contra seus compatriotas.
Os policiais não combatem os crimes, porque estão ocupados cometendo-os.
As bancarrotas são socializadas, os lucros são privatizados.
O dinheiro é mais livre que as pessoas.
As pessoas estão a serviço das coisas.”*

Eduardo Galeano, in: O livro dos abraços

Em tempos como este descrito por Galeano só há um caminho a seguir: o da resistência. Reconhecermos-nos como trabalhadores e nos organizarmos na luta por direitos é essencial em tempos de “reformas” planejadas a favor da exploração e do capital.

Nossa Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica do Brasil nasceu de um grupo de profissionais no Estado de São Paulo que, diante da complexa conjuntura político-econômica viu a importância da criação de uma associação nacional que congregasse assistentes sociais e psicólogos da área sociojurídica. Foram anos de debates, reflexões e análises até se formar a nossa combativa AASPSI Brasil.

Criada em 2012, a Associação ainda engatinha rumo à sua consolidação. Com pouca verba (nossa mensalidade é simbólica) e poucos braços para tanto trabalho, vamos aos poucos ganhando novos associados que compartilham de nossos ideais e querem somar à luta. Aos poucos, nossas ações vão sendo reconhecidas pelo vasto Brasil e nossos objetivos vão se consolidando.

Este pequeno resumo das ações de 2018, o último da gestão 2014-2018, mostra o quanto nossa AASPSI Brasil cresceu e os vastos caminhos que ainda tem por trilhar. Foram e são tantos desafios, tantas frentes de trabalho, tantas realizações, que nos ensinam o valor da mobilização e nos dão fôlego para continuar pensando novas ações e trabalhando para que o nosso coletivo seja cada vez mais combativo e valorizado.

Em nome da gestão “Articular, fortalecer e resistir”, que tomou posse no final de 2018, agradeço a todos os companheiros (nomeados abaixo) da última gestão, que tanto batalharam pela nossa Associação. Agradeço aos nossos associados que confiam no nosso trabalho e que partilham do nosso sonho de um dia sermos maiores e mais fortes.

Sigamos em frente! Que venham mais quatro anos de muitos aprendizados e conquistas!

Maíla Rezende Vilela Luiz,

Presidente – gestão 2018/2022

Gestão 2014/2018:

Diretoria Executiva:

Presidente: Ana Cláudia da Silva Junqueira Burd – psicóloga do TJ-MG

Vice-presidente: Cíntia Aparecida Silva – assistente social do MP-SP

Secretária Geral: Maíla Rezende Vilela Luiz – assistente social do TJ-SP

Segundo Secretário: Eduardo Campos Neves – psicólogo do TJ-SP

Primeira Tesoureira: Ângela Aparecida dos Santos – psicóloga da Fundação Casa SP

Segunda Tesoureira: Fátima Elizete Zanoni Mastelini – assistente social aposentada TJ-SP

Conselho Fiscal:

Titulares:

Lilian Magda de Macedo - psicóloga do TJ-SP

Elaine Cristina Major Pavanelo - assistente social do TJ-SP

Maria Lucia de Souza - assistente social do TJ-SP

Suplentes:

Maria Aparecida Facchin – psicóloga do TJ-SP

Silvaneide Maria Tavares – assistente social do TJ-TO

Léa Maria Campos Marques Vieira – psicóloga do TJ-SP

Conselho Consultivo

Titulares:

Fátima Eugênia de Araújo Silva – assistente social do CRAS – Teresina/PI

Katiúscia Cristina Pereira – assistente social do TJ-SP

Entidades na luta contra Reforma da Previdência

31 de Janeiro

Reunido na Assembleia Legislativa de São Paulo, o coletivo de entidades representativas de servidores e trabalhadores, o qual a AASPSI Brasil integrou, elegeu a data de 19 de fevereiro de 2018 como um dia de **mobilização contra a Reforma da Previdência**. Naquela data, o governo de Michel Temer tentaria aprovar o texto da reforma na Câmara dos Deputados. Os trabalhadores marcaram atos em todo o país e também uma paralisação geral. As entidades de São Paulo organizaram um grupo de representantes para ir até Brasília para participar de uma marcha.

06 de Fevereiro

Embora no início de fevereiro o governo desse mostras de estar perdendo o fôlego e não ter conseguido os votos suficientes para a aprovação da reforma, a classe trabalhadora continuou mobilizada e preparando-se para o enfrentamento na capital federal no dia 19. Fátima Zanoni Mastelini, segunda tesoureira, representou a AASPSI Brasil em reunião do coletivo na Alesp, que definiu por paralisação geral dos trabalhadores e um grande ato na Avenida Paulista, na capital de São Paulo.

07 de Fevereiro



Naquela noite o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) realizou o evento: **A quem interessa a “Reforma” da Previdência? – A Psicologia na defesa intransigente dos**

direitos das trabalhadoras e trabalhadores. Ângela Aparecida dos Santos representou a AASPSI Brasil.

O encontro contou com as palestras do presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical, João Batista Inocentini e do deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL).

“O problema da Previdência é que foram desviando e usando o dinheiro como se fosse dinheiro do Estado. Essa é a cultura que nossos políticos impuseram desde a criação da Previdência Social”, resumiu Inocentini. “De vinte anos para cá, houve um volume muito grande de pessoas que se aposentaram e o rombo começou a aparecer.”

Já para Giannazi, “não é uma reforma. Trata-se do desmonte da Previdência pública”, defendeu. “As emendas 20 e 41 dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula já haviam sido ataques brutais aos trabalhadores, mas esta proposta de agora é sem precedentes e atende aos interesses das empresas de previdência privada. Elas ajudaram na elaboração deste projeto”, alegou.

Respeito à Justiça marca abertura do ano judiciário

----- 05 de Fevereiro

Seguindo os discursos dos tribunais superiores, naquela data, o Tribunal de Justiça de São Paulo abriu o ano judiciário de 2018 com discursos de respeito à Justiça.

Com a presença de diversas autoridades do país, a corte paulista deu posse ao seu Conselho Superior da Magistratura, eleito em dezembro de 2017. O desembargador Manoel Pereira Calças assumia a Presidência para o biênio 2018/2019. A assessoria de comunicação da AASPSI Brasil acompanhou a cerimônia.

“É preciso dizer, em alto e bom som, que as três clássicas prerrogativas constitucionais da magistratura nacional não foram instituídas e sacralizadas com o escopo de amparar a pessoa do juiz, mas sim, para proteger e garantir aos cidadãos que, ao invocarem a garantia da tutela jurisdicional, que o exercício da função jurisdicional será restado de forma livre, independente, desassombrada e sem o temos da interferência ou da pressão de formas econômicas ou políticas”, afirmou na ocasião o presidente, defendendo a independência do Judiciário.

A polêmica do auxílio-moradia

A solenidade, no entanto, não foi marcada apenas pelos discursos das autoridades. O tema mais polêmico envolvendo a magistratura brasileira marcou a entrevista coletiva após a cerimônia: o auxílio-moradia recebido pelos juízes. Pereira Calças defendeu o subsídio e criticou a imprensa que, na época, classificou o benefício como imoral, já que muitos juízes o recebiam mesmo sendo proprietários de imóveis.

Entidades pedem abertura de negociação

A Federação das Entidades dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo (Fespesp) aproveitou a ocasião para entregar ao presidente empossado ofício reiterando pedido de que as entidades fossem recebidas para início das negociações das reivindicações da categoria.



A adoção como medida de proteção integral

06 de Fevereiro



Adoção de crianças e adolescentes é pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e criar nova legislação é retrocesso. Este foi o entendimento das entidades, especialistas e público que participaram da audiência pública **“Adoção: Uma medida de proteção integral a ser defendida no ECA”**, realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Organizado pela deputada estadual Beth Sahão (PT), com apoio do Movimento Pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, do qual a AASPSI Brasil fez parte, o evento teve como objetivo rechaçar o Projeto de Lei 394/2017, que institui o Estatuto da Adoção. Nossa Associação participou representada pela vice-presidente, Cintia Aparecida da Silva, pela segunda tesoureira, Fátima Zanoni Mastelini e por Elisabete Borgianni, do Conselho de Especialistas.

Estranheza

“Fiquei muito preocupada quando soube do trâmite deste projeto, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede). Fiquei surpresa de este PLS ter vindo de um senador com um perfil tão progressistas”, afirmou a deputada justificando a organização da audiência pública. A surpresa mencionada pela parlamentar foi a mesma do público. Não apenas pela autoria, mas também pela relatoria do projeto ter sido assumida por um colega de partido de Beth: o senador petista Paulo Paim. Muitos estranharam que um representante do Partido dos Trabalhadores apoiasse tal projeto, tido como um dos mais retrógrados na área da infância e juventude nos últimos anos.

Onde estão os Conselhos de Direitos?

Fátima apontou para a necessidade de envolver nas discussões os conselhos de direitos como o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), o Condeca (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente), o CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) e os



Conselhos Nacionais de Saúde e Educação, “uma vez que este malfadado projeto vai impactar diretamente nestas políticas públicas”. Ela também anunciou que, naquela mesma data, a presidente, Ana Cláudia Junqueira Burd e a secretária, Maíla Resende Vilela, encontravam-se em Brasília, em uma reunião do Conanda para tratar, entre outras questões, do PLS.

Articulações políticas

A maioria das falas durante a audiência tiveram como mote a retirada do Projeto. A deputada comprometeu-se a tentar articulações políticas para este fim. Prometeu conversar com Paim e com a presidente do PT, senadora Gleise Hoffman, além de tentar uma aproximação com o senador Randolfe.

“Assim como estamos vivendo uma série de regressões na vida social e política do país, temos certeza de que temos regressões no Parlamento também. Nós vamos ter uma luta séria no Senado com este projeto de lei e eu tenho muito medo que pelas articulações políticas que têm que ser feitas, que os próprios senadores tenham dificuldade de retirar este abominável projeto”, pontuou Elisabete Borgianni. “Temos que ter clareza que é com um Parlamento regredido que estamos lidando. Acabou de ser aprovado ano passado um projeto de lei cujo teor foi também combatido por dez anos e foi a deputada Maria do Rosário do PT que apresentou, infelizmente. Ela propôs o depoimento especial que está, inclusive dentro deste PL 394/2017”, explicou. “Por que tem que ter depoimento especial na adoção? É porque tem o interesse de grandes associações e ONGs que ganham com isso, com as capacitações”, denunciou.

Depoimento Especial: proteção ou violência institucional?

06 de fevereiro



A AASPSI Brasil foi convidada a participar de um **Grupo de Trabalho** que teve como pauta a minuta do decreto de regulamentação da Lei 13.431/2017 (Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas de violência), apresentada à Comissão Intersetorial do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). A reunião ocorreu na sede do Conselho Federal de

Psicologia (CFP). Participaram a presidente Ana Cláudia Junqueira Burd e a secretária geral, Maíla Rezende Vilela Luiz.

Além da AASPSI Brasil, compuseram o GT representantes do CFP e da Associação dos Psicólogos da Polícia Civil de Santa Catarina (Apsipol).

07 de fevereiro

A AASPSI Brasil participou da reunião da Comissão de Políticas Públicas do Conanda, na qual foi tratada a questão do Depoimento Especial e o decreto da Lei 13.431. Debateu-se os pontos que a lei descon siderava e qual seria o impacto para crianças e adolescentes vítimas de violência. Discutiu-se sobre a necessidade de modificação de alguns artigos da lei no decreto. Os conselheiros presentes mostraram-se preocupados com a regulamentação da lei e ficaram de construir uma resolução do Conanda sobre a temática. A AASPSI Brasil foi convidada a participar de reuniões futuras da Comissão.

15 de fevereiro

Naquela data publicamos em nosso site o artigo “Escuta especial de crianças: proteção ou violência institucional?”, de autoria da associada Fernanda Copelli, psicóloga judiciária de Santos. No texto ela explica o que é a escuta especial e porque esta metodologia causa tanta controvérsia entre os profissionais do Serviço Social e da Psicologia, que defendem ser o método uma forma de revitimização da criança.

“A criança vítima de violência física, psicológica e, especialmente, sexual, sendo obrigada a responder perguntas sobre o vivenciado, é mais uma vez vitimizada e desrespeitada, recaindo sobre ela a responsabilidade de produção de provas, descon siderando-se os danos causados por esse tipo de abordagem”, expõe Fernanda.

[Veja aqui o artigo completo](#)

----- 23 de Fevereiro



O dia em que provamos que resistência também se faz com arte. Em um ato público que teve rock, mpb, rap e teatro de fantoches, assistentes sociais e psicólogos da Baixada Santista, em São Paulo, com o apoio da AASPSI Brasil, disseram não ao Depoimento Especial. Realizado na escadaria de entrada do Fórum de Santos, o ato marcou a resistência do grupo que participou durante três dias de capacitação imposta pelo Tribunal de Justiça.

Representante do nosso Conselho de Especialistas, Elisabete Borgianni, falou em nome da AASPSI Brasil. “O país teria que abolir de vez esta postura de jogar sobre os ombros da criança o ônus da prova. Criança não é para fazer prova, criança é para ter escuta protegida, daquilo que ocorreu com ela, é para se escutar inclusive o seu silêncio, o momento que ela vai estar preparada para colocar para alguém de confiança o que pode ter acontecido com ela”, expôs. “É uma falácia achar que este procedimento reduz o dano. É mentira. Porque se a criança tiver que repetir uma vez que seja para alguém o que aconteceu com ela sem que seja o momento de que ela queira se colocar é como se você quebrasse de novo o braço dela e perguntasse: Foi assim que doeu? Foi assim que aconteceu?”, completou.

[Vídeos sobre o ato estão disponíveis no nosso canal no Youtube, clique aqui](#)

----- 01 de Março

Dia em que a presidente, Ana Claudia Junqueira Burd, e a secretária geral, Maíla Rezende Vilela Luiz, representaram a AASPSI Brasil na reunião da **Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CIEVSCA)**, em Brasília. O encontro teve por objetivo a elaboração da minuta do decreto da Lei 13.431/2017, que seria remetida para apreciação do Conanda.

Na reunião também estavam presentes representantes da Frente Nacional dos Prefeitos; do Ministério do Trabalho; do Ministério da Saúde; da Rede ECPAT Brasil; da Polícia Rodoviária Federal; da Childhood Brasil; do Conselho Federal de Psicologia; do Ministério dos Transportes; do Ministério do Turismo; representante da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, do Ministério da Justiça; da SENASP; do Ministério da Educação; representante do CONANDA e do Ministério do Desenvolvimento Social.



Maíla, Ana Cláudia (AASPSI Brasil) e Iolete (CFP)

21 de Março

A AASPSI Brasil, representada por sua presidente, Ana Cláudia Junqueira Burd, e por sua secretária geral, Maíla Rezende Vilela Luiz, participou da reunião da **Comissão de Políticas Públicas (CPP)** do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

A reunião teve por objetivo a discussão sobre a minuta do decreto que regulamenta a Lei 13.431/17. Mayra Gurgel, representante da Comissão Intersectorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Cievsca) informou que, na medida do possível, procurou preservar contribuições que membros enviaram à comissão.

O texto final, no entanto, ainda sofreria mudanças e seria apresentado à CPP do Conanda em Abril.

22 de Março

Dando continuidade aos debates sobre o Depoimento Especial, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, realizou reunião em sua sede. A AASPSI Brasil foi representada pela vice-presidente, Cíntia Aparecida da Silva, pela secretária geral, Maíla Rezende Vilela Luiz e a associada assistente social do Ministério Público do Rio de Janeiro Marcia Nogueira da Silva. A Associação convidou a representante do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (Cress-RJ), Jussara de Lima Ferreira para que também participasse da reunião, já que esta é uma questão de interesse nacional. Também participaram representantes do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (Cress-SP), da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo (AASPTJ-SP), da Associação de Base dos

Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo (Assojubs) e do Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Judiciário Estadual na Baixada Santista, Litoral e Vale do Ribeira (Sintrajus).

A reunião teve por objetivo a discussão dos efeitos da Lei 13.431/17, no trabalho de assistentes sociais e psicólogos a capacitação compulsória oferecida aos profissionais pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Embora a lei fale em “profissionais capacitados” sem nomear quem são estes profissionais, tribunais de algumas regiões do país iniciaram capacitações assistentes sociais e psicólogos entendendo que estes devem ser os responsáveis por participar da prática da metodologia.



Cíntia, Márcia, Maíla e Jussara

----- 30 de Março



Major Ferreira e Elisabete Borgianni, do Conselho de Especialistas.

Dia de mais um ato público contra o Depoimento Especial. Desta vez, o palco da resistência foi a Praça João Mendes, na capital, local onde se encontra o Fórum Central do Tribunal de Justiça paulista, no qual assistentes sociais e psicólogos foram convocados a mais uma capacitação do Depoimento Especial, imposta pelo Judiciário. Representaram nossa Associação a segunda tesoureira, Fátima Zaroni Mastelini, a conselheira fiscal Elaine

“Assistentes sociais e psicólogos estão sendo obrigados a renunciar à sua ética e autonomia profissional. Estão sendo obrigados a fazer um curso absurdo que não tem nada a ver com as profissões, um curso que só quer ensinar como extrair prova judicial de crianças”, pontuou Elisabete durante o ato.

27 de Março

A presidente da AASPSI Brasil, Ana Cláudia Junqueira Burd, e a procuradora de justiça do Rio Grande do Sul, Maria Regina Fay de Azambuja, do nosso Conselho de Especialistas participaram do **Diálogos Digitais**, programa de debates digital do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Apresentado pelo presidente do conselho, Rogério Giannini, esta edição teve como tema a implementação da Lei 13.431/17.

Maria Regina concorda com a maioria dos profissionais e afirma que a lei erra ao colocar o ônus da prova sob a responsabilidade da criança. “Ela é vítima, portanto, precisa de proteção”, disse a especialista.

Ana Cláudia falou sobre as expectativas criadas pelos operadores do direito em torno do trabalho dos profissionais da Psicologia. “Essa crença de que o psicólogo é capaz de extrair a verdade me assusta”, expôs.

03 de abril

Lançada a edição da Revista Conexões Geraes, que trouxe uma entrevista com a nossa secretária geral, Maíla Rezende Vilela Luiz. A publicação do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Cress-MG) teve como tema “Direitos Humanos e Serviço Social: É hora de lutar pela saúde pública, pela convivência familiar e contra o conservadorismo”.

Maíla falou sobre a Lei 13.431/2017 e suas implicações.

[Confira aqui a publicação](#)

26 de Abril

Nesta data, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) aprovou a minuta de decreto de regulamentação da Lei 13.431/17.

A minuta que seria apresentada pelo Ministério dos Direitos Humanos em parcerias com outros ministérios à Casa Civil, solicitava que fosse publicado o decreto de regulamentação da lei.

O texto previa a proteção da criança numa perspectiva de integralidade, o reconhecimento da natureza das instituições no Sistema de Garantia de Direitos, o papel das políticas públicas diferenciado do Sistema de Justiça, o reconhecimento da autonomia dos profissionais e de sua regulamentação profissional, bem como compromisso com a execução das metas previstas nos Planos Nacionais que tangenciam o tema.

28 de Abril

Campinas e região, no interior de São Paulo, também disseram não ao Depoimento Especial. O Tribunal de Justiça de São Paulo realizou um curso de capacitação compulsória naquela semana e, mais uma vez, enfrentou a resistência dos profissionais.

“Essa capacitação não diz respeito à nossa profissão. Quando fomos contratados não foi para isso. Quem deveria ser capacitado são os juízes e promotores ou a Segurança Pública, uma vez que o Depoimento Especial trata da inquirição da criança e do adolescente. Nós não fazemos inquirição”, alegou Fátima Zanoni Mastelini, segunda tesoureira da AASPSI Brasil.



25 de Maio

18 de maio é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Para marcar a data, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) realizou diversas atividades em todo o estado. A AASPSI Brasil, por meio de sua assessoria de comunicação, acompanhou a palestra **“Violência sexual contra crianças e adolescentes: Prevenção, educação, cuidados e atenção em rede”**, que ocorreu na sede do Conselho, na capital paulista.

Para falar sobre os cuidados às crianças vítimas de violência, o Conselho convidou Sandra Eloiza Paulino, assistente social do Grupo de Acompanhamento Técnico aos Autores de Crimes Sexuais (GAT) da Secretaria de Administração Prisional de São Paulo. Sandra trouxe importantes conceitos, a começar pelo significado da palavra abuso: ab (mal) + uso = mal uso da sexualidade de uma pessoa em relação a outra. “É a coisificação do outro, transformando-o em objeto de uso”, explicou. A assistente social falou sobre os desafios do atendimento à crianças vítimas de violência sexual. Um deles é o fato de que nem sempre o abuso provoca dor. “O abuso também traz confusão ao inferir na criança sensações que ela não sabe definir”, alegou.

As controvérsias da Lei 13.431/2017 também foi destaque do debate. Para tratar desta questão a palestrante foi a psicóloga e professora Silvia Ignez Silva Ramos. Silvia também é autora do documentário “Houve?” que trata do tema.

“Como que em um atendimento a gente consegue dar conta de um tema tão delicado e complexo como propõe do depoimento especial?”, iniciou. Para ela, o tempo do Direito é diferente do tempo da Psicologia. “Nem sempre a queixa inicial da vítima é questão central do que aconteceu, muitas coisas vêm com o tempo”.

08 de Junho

Contrariando resoluções dos conselhos profissionais de Serviço Social e Psicologia e ignorando a autonomia profissional, o Tribunal de Justiça de São Paulo, publicou no Diário Oficial da Justiça alterações nas normas da Corregedoria incluindo o Depoimento Especial como uma das atribuições de assistentes sociais e psicólogos.

[Veja aqui a publicação](#)

15 de Agosto



Ana Cláudia Junqueira Burd, presidente da AASPSI Brasil, participou de evento da **Rede de Apoio de Sete Lagoas, Minas Gerais, Interarca**. Estavam presentes profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), do Conselho Tutelar, da Educação e da Saúde.

Entre os temas debatidos, os efeitos da Lei 13.431/17. De acordo com Ana Cláudia, cerca de 90% dos presentes sequer conheciam a nova legislação.

28 de Agosto

A secretária geral, Maíla Rezende Vilela Luiz, esteve no Conselho Nacional de Justiça, em Brasília para acompanhar a **audiência de conciliação** sobre a ação contra a obrigatoriedade da participação de assistentes sociais e psicólogos nas capacitações e em metodologias de depoimento especial de crianças e adolescentes, impostas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A ação foi elaborada em conjunto com a Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do TJ-SP (AASPTJ-SP), com a Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo (Assojubs) e com a Federação das Entidades dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo (Fespesp), com o intuito de garantir autonomia aos profissionais sobre a participação nesta metodologia, uma vez que não é atribuição dos assistentes sociais e psicólogos a inquirição. Os conselhos profissionais federais e regionais (SP) de ambas as profissões também se manifestaram dentro do processo e também foram representados na audiência.

Valtercio Ronaldo de Oliveira, conselheiro do CNJ ouviu atentamente as argumentações dos representantes das entidades. No entanto, o TJ-SP foi irredutível em sua posição e argumentou não ser possível conceder a autonomia profissional. Os representantes da Corte alegam que a Psicologia é o campo mais preparado para a aplicação da metodologia e que também não seria

possível capacitar outro profissional ou os próprios magistrados. O TJ também não aceitou a sugestão de realização de uma audiência pública para amplo debate da questão.

Ainda aguardamos a decisão do CNJ.

24 de Setembro

Preocupados com a implantação da Lei 13.431/17, assistentes sociais e psicólogos da Baixada Santista, em São Paulo, solicitaram uma reunião com a AASPSI Brasil e outras entidades representativas da categoria. Participaram também a Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo (Assojubs), do Conselho Regional de Psicologia (CRP-SP) e da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo (AASPTJ-SP). Maíla Rezende Vilela Luiz, secretária geral, e Maria Lucia de Souza, conselheira fiscal, representaram a AASPSI Brasil. A reunião ocorreu na sede da Assojubs.



Maria Lúcia de Souza, diretora da AASPSI Brasil

Maíla contextualizou a questão, falando um pouco sobre a trajetória da metodologia, que no Brasil iniciou-se com o nome de Depoimento Sem Dano, em 2003. “A metodologia começou a ser discutida em uma defesa de tese de uma promotora do Rio Grande do Sul. O problema foi que de lá para cá a metodologia tornou-se uma política pública sem ter passado pelo necessário debate com a sociedade e as categorias profissionais envolvidas”, expôs. A ideia do depoimento especial caiu nas graças de algumas autoridades e instituições governamentais que trabalharam para que ela virasse lei. Diversos modelos foram discutidos e implementados por todo o país, a metodologia recebeu vários nomes: Depoimento sem Dano, Escuta Carinhosa, Depoimento Especial, entre outros, mas todos com o mesmo objetivo principal: a produção de provas para responsabilização do possível abusador.

Os profissionais presentes puderam expor suas preocupações. Alguns locais já estavam recebendo os equipamentos para instalação da sala de Depoimento Especial. Em alguns fóruns os juízes queriam implantar de imediato, em outros a orientação era ter mais cautela. Assistentes sociais e psicólogos também compartilharam o sentimento de angústia diante da capacitação obrigatória, insuficiente e sem espaço para ouvir o posicionamento e dúvidas dos profissionais.

----- 11 de Dezembro

O Governo Federal publicou no Diário Oficial da União desta terça-feira o Decreto nº 9.603, que regulamenta a Lei 13.431/17 (Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vitima ou Testemunha de Violência), que entre outras coisas, institui o Depoimento Especial.

A minuta do decreto foi elaborada por um grupo de trabalho composto por representantes de diversas entidades na Comissão de Políticas Públicas do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). A AASPSI Brasil e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) integraram este grupo e fizeram importantes contribuições ao documento, incluindo alguns pontos, tais como: a garantia da autonomia profissional para que o assistente social ou psicólogo envolvido pudesse avaliar se a criança pode passar pela metodologia; a possibilidade de o juiz escutar ele mesmo a vitima; que o profissional pudesse alegar objeção de consciência para não participar da metodologia e que a criança não fosse levada para depor na coercitiva.

Para a nossa surpresa, o decreto publicado nesta terça-feira não apresenta os pontos por nós sugeridos e aprovados pelo Conanda. O lobby das entidades defensoras do Depoimento Especial junto ao governo parece ter funcionado. Mais uma vez, os profissionais envolvidos não são ouvidos e suas atribuições específicas são desconsideradas.

[Veja a íntegra do decreto](#)



----- 22 de Fevereiro



Manoel Pereira Calças recebeu as entidades representativas dos servidores do TJ-SP pela primeira vez. Fátima Zanoni Mastelini, segunda tesoureira, representou a AASPSI Brasil nesta audiência.

“Essa é uma reunião de servidores do Judiciário. Eu não sou o dono do Tribunal. Eu estou como presidente do TJ”, afirmou o desembargador na ocasião. O presidente, que acabava de tomar posse do cargo, prometeu que estaria aberto ao diálogo com os representantes dos trabalhadores. Disse também que no que se referia à reposição de perdas inflacionárias e garantia de direitos já havia estabelecido uma ordem de prioridade: primeiro os servidores, depois os juízes e por último os desembargadores.

A audiência tornou-se praticamente uma palestra. O desembargador apresentou um longo power point com os pontos em que sua gestão já estaria trabalhando. As entidades também se manifestaram sobre os pleitos que consideravam primordiais para a negociação. Fátima falou sobre a necessidade de o TJ recompor o quadro técnico e solicitou que a Corte homologasse os concursos para assistentes sociais e psicólogos realizados em 2017. Também defendeu que as horas extras registradas como horas credoras também fossem estendidas para o Serviço Social e para a Psicologia.

----- 24 de fevereiro

Como ocorre todos os anos, os servidores do TJ-SP reuniram-se em um Encontro Estadual, na sede da Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário de Estado de São Paulo (Assojubs). Fatima Zanoni Mastelini, segunda tesoureira, e Maria Lucia de Souza, conselheira fiscal, representaram a Associação neste evento.

O encontro teve por objetivo a discussão da pauta de reivindicações a ser entregue ao TJ-SP. Também ocorreram palestras para tratar da conjuntura e novas formas de produção no Judiciário.

----- 13 de Março

Servidores de diversas regiões do Estado de São Paulo estiveram na Praça João Mendes Junior para referendar a extensa pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2018.

Nossa segunda tesoureira, Fátima Zanoni Mastelini, ressaltou a importância da união dos trabalhadores para vencer os desafios de uma luta salarial e por condições de trabalho. “Somos uma associação nacional e temos oportunidade de verificar que em outros estados os servidores enfrentam as mesmas dificuldades. No entanto, o que nos diferencia é essa nossa união”, disse.



----- 21 de Março

O Tribunal de Justiça divulgou no Diário Oficial o índice da reposição salarial da data-base e a majoração dos auxílios saúde e alimentação. 1,81% foi o reajuste anunciado. O auxílio-alimentação passou para R\$ 46 por dia e o auxílio-saúde para R\$ 336 por mês.

----- 10 de Abril

Entidades representativas dos servidores do TJ-SP reuniram-se para discussão do Plano de Cargos e Carreiras. Naquela tarde, o TJ retomaria as reuniões das diversas comissões que tratam das questões de interesse da categoria. Instituído em 2010, o Plano de Cargos e Carreiras requer aprimoramento, especialmente na política salarial, aquém da remuneração em outros estados. Fátima Zanini Mastelini solicitou que a AASPSI Brasil fosse incluída em algumas comissões.

----- 20 de Abril



Sem respostas do Tribunal de Justiça para continuidade das negociações, os servidores realizaram nova **assembleia geral** e decidiram sair em passeata até o Palácio da Justiça, onde realizaram um ato, enquanto representantes das entidades foram até o gabinete da Presidência tentar uma audiência com o desembargador Manoel Pereira Calças. Os dirigentes, entre eles nossa segunda tesoureira, Fátima Zanoni Mastelini, foram recebidos pelos juízes assessores Marco Fabio Morsello, Ailton Pinheiro de Castro e Ricardo Dal Pizzol.

Os magistrados alegaram que o presidente ainda não havia se manifestado sobre possível reunião com as entidades, pois aguardava ida à Assembleia Legislativa, onde pretendia negociar verba suplementar para o Judiciário.

Durante o ato, representantes da categoria frisaram que o índice de reposição – 1,81% pago pelo Tribunal de Justiça era muito pouco e não cobria a defasagem salarial da categoria, que tem acumulado grandes perdas nos últimos anos.

----- 24 de Maio

Mais uma longa reunião de negociação entre entidades representativas dos servidores do Judiciário paulista e a Presidência do TJ-SP. A AASP Brasil foi representada pela segunda tesoureira, Fátima Zanoni Mastelini. O desembargador Manoel Pereira Calças, como de costume, foi muito receptivo e fez uma longa exposição sobre a situação e as ações da Corte. No entanto, sobrou pouco tempo para os representantes da categoria abordarem as questões necessárias para o trabalhador.

“Estamos com problemas orçamentários, mas estamos mantendo o compromisso com vocês”, disse Calças, referindo-se ao cumprimento da data-base, com reposição de 1,81% nos salários e auxílios. O presidente afirmou estar ciente de que o índice adotado “é uma miséria”, mas alegou que o Judiciário foi o Poder que mais concedeu reajustes aos servidores nos últimos anos e que, no momento, não há recursos para novas concessões.

As entidades insistiram que a majoração do auxílio saúde deve continuar na pauta de negociações, uma vez que o servidor é responsável por garantir não só a própria saúde, mas também da sua família e o reajuste de apenas R\$ 6 concedido pelo Tribunal é irrisório diante do custo dos convênios médicos.

Calças e seus assessores também falaram sobre a dificuldade orçamentária para a nomeação de novos servidores, entre eles, assistentes sociais e psicólogos. A juíza assessora Tatiana Magosso alegou “que o déficit de técnicos no estado é muito maior do que o número de cargos que o TJ dispõe no momento” e disse que a intenção do órgão era elaborar um estudo detalhado da real necessidade por região para propor um projeto de criação de novos cargos.

10 de Setembro

Diante da inércia do Tribunal de Justiça de São Paulo que até o momento não tinha respondido à solicitação de continuidade das negociações da Campanha Salarial 2018, as entidades representativas dos servidores reuniram-se para discutir formas de mobilização. A AASPSI Brasil foi representada pela secretária geral, Maíla Rezende Vilela Luiz.

Entre as questões debatidas, abordou-se o fato de o Tribunal de Justiça alegar falta de orçamento, embora dados levantados pelas associações mostrassem o contrário; as dificuldades de mobilização da categoria; a unicidade nos comunicados e materiais de campanha e o parecer do TJ sobre o Projeto de Lei que institui o nível universitário dos escreventes, de autoria do deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL), que continha vício de iniciativa.



07 de Novembro

Dia marcado por intensa mobilização nos fóruns do Estado de São Paulo. Atendendo ao pedido das entidades representativas dos servidores do Judiciário, a categoria realizou atos nas diversas regiões do estado.

Vestindo roupa preta e portando cartazes, os trabalhadores pediram ao Tribunal de Justiça que reabrisse as negociações com as entidades para discussão da pauta de reivindicações. Desde abril, os representantes da categoria vinham solicitando audiência junto à Presidência. Por comunicado via Intranet a instituição apenas respondeu que não tinha verba para atender às reivindicações e que não se reuniria mais com as entidades.



Assojubs

----- 04 de Maio

Quem é assistente social está acostumado a participar de seminários e debates nos quais a temática aborda quanto a exploração do trabalho no sistema capitalista afeta a saúde do trabalhador, especialmente o quanto o desgaste mental tem sido cada vez mais comum na contemporaneidade. É da natureza do Serviço Social a preocupação com a justiça social e os direitos dos trabalhadores. Mas, e o assistente social, como a exploração da sua força de trabalho se insere neste debate? E o desgaste mental do próprio profissional do Serviço Social?



Foi pensando nestas questões que a equipe da Vara Central de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Paulo escolheu o tema “Desgaste mental de assistentes sociais nas relações de trabalho” para o 5º Encontro Comemorativo em Homenagem ao Dia do Assistente Social. A escolha foi acertada: Mais de mil pessoas interessaram-se pelo evento.

Para falar sobre a questão foi convidada a assistente social e professora Damares Pereira Vicente. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Profissão da PUC-SP e do Grupo de Estudos de Saúde Mental Relacionada ao Trabalho e Direitos Humanos do Instituto Sedes Sapientiae, Damares realizou a pesquisa qualitativa “O trabalho dos assistentes

sociais na área de habitação de interesse social: entre o direito à moradia e os interesses do capital”, com assistentes sociais que trabalham na Secretaria Municipal de Habitação.

A assessoria de comunicação da AASPSI Brasil acompanhou este importante evento. Nossa matéria foi um dos textos mais acessados em nosso site em 2018. “São cada vez mais frequentes os relatos de assistentes sociais, em várias áreas sobre a relação entre condições de trabalho e sofrimento que resultam em licenças, transferências e afastamentos por violência, assédio organizacional, demissões em massa, intensificação do ritmo de trabalho, excesso de responsabilização e desqualificação do trabalho”, expôs Damares.

Questão social, sexismo e LGBTfobia

07 de Maio



Em comemoração ao mês do assistente social, a Cortez Editora realizou mais uma edição do **Seminário Anual de Serviço Social**, um dos mais importantes eventos da categoria. Em seu 11º ano o tema escolhido foi “Questão social, sexismo, racismo e lgbtfobia: Que país é esse?”. A AASP Brasil, representada por sua vice-presidente, Cíntia Aparecida da Silva e por Elisabete Borgianni, do Conselho de Especialistas, acompanhou o seminário, que no Teatro Tuca, em São Paulo.

“Estado, questão social e a classe trabalhadora: lutas sociais e a renovação do Serviço Social frente a barbárie capitalista” foi o tema da conferência, que contou com as palestras do professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Felipe Demier, de Lúcia Xavier, da Organização de Mulheres Negras Criola e da professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Silvana Mara Moraes dos Santos. O debate foi coordenado pela professora da UERJ Elaine Behring.

A homenagem desta edição do Seminário foi para a professora Joaquina Barata Teixeira, graduada e mestre pela Universidade Federal da Pará (UFPA). É professora aposentada pela mesma universidade e coordena, desde 2001, a pós-graduação lato-sensu à distância na área do Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional. Coordenou o primeiro curso de aperfeiçoamento, financiado pela SUDAM, que certificou técnicos dos polos: Altamira, Itaituba, Santarém, Marabá, Belém e Castanhal. Joaquina também compõe o Conselho de Especialistas da AASP Brasil.

----- 24 de Agosto

“Para que uma violência que hoje é menos grave não se torne um feminicídio no futuro”, este foi o foco da palestra **“Da violência doméstica ao feminicídio: Os caminhos da prevenção”**, organizado pela Vara Central de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Tribunal de Justiça de São Paulo com o apoio do Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi). O evento integrou a 11a Semana Justiça Pela Paz em Casa.

Que cuidados a mulher deve ter para se fortalecer diante das assustadoras estatísticas que tomam os noticiários diariamente, foi uma das questões debatidas pelas convidadas: Suelaine Carneiro, socióloga e vice-presidente do Geledés Instituto da Mulher Negra e Maria Sylvia Aparecida de Oliveira, advogada de direitos humanos e questões de gênero e presidente do Geledés. A coordenadora do USP Mulheres/ONU, a socióloga Eva Alterman Blay também foi convidada a participar dos debates, mas por problemas de saúde não pode comparecer.



O Serviço Social e a Psicologia no universo Judiciário

04 de Agosto

A AASPSI Brasil, representada por sua vice-presidente, Cintia Silva, acompanhou o lançamento do livro **“O Serviço Social e a Psicologia no universo judiciário”**, na sede da AASPTJ-SP (Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo). Também estavam presentes as organizadoras da obra Elisabete Borgianni, do nosso Conselho de Especialistas, e Lilian Magda Macedo, conselheira fiscal, além de alguns associados. A publicação da Editora Papel Social reúne artigos de assistentes sociais e psicólogos do Judiciário paulista que abordam temas e experiências do cotidiano de trabalho na maior corte da América Latina. O livro é resultado de uma ação da AASPTJ-SP, o III Prêmio Interdisciplinar, que premiou artigos de seus associados.

“O livro é fruto do trabalho de quatro anos de preparação do Prêmio Interdisciplinar, é muita gente envolvida. É também uma demonstração de como é possível, mesmo gestões diferentes da associação perseguirem um projeto comum” (o Prêmio já teve três edições e em todas foram selecionados artigos para publicação de um livro com alguma editora parceira), explicou Elisabete.

“Como é bom a Psicologia e o Serviço Social poderem dizer ao Judiciário que temos algo a dizer, não porque somos especiais, mas porque temos uma ciência que nos embasa”, defendeu Lilian.



Nossas diretoras Cintia e Lilian com Elisabete e os editores Edson e Deusivam

A luta por concursos públicos e contra a terceirização

29 de Agosto

O Conselho Regional de Serviço Social (Cress-MT), o Conselho Regional de Psicologia (CRP-MT) e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca-MT), reuniram-se com o presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, desembargador Rui Ramos Ribeiro e o vice-diretor geral, Eduardo Campos. A pauta do encontro foi a criação de cargos de assistentes sociais e psicólogos para a criação de concurso público para suprir os quadros do Tribunal.

Não é a primeira vez que este pleito era abordado na Corte e a AASPSI Brasil integra esta luta. Em Outubro de 2015, a então presidente, Elisabete Borgianni, (atualmente membro do Conselho de Especialistas), acompanhada de representantes do Cress-MT, reuniu-se com a corregedora-geral daquela gestão, desembargadora Maria Erotides Kneip Baranjak e com o juiz auxiliar da Corregedoria, Luiz Octavio Oliveira Saboia Ribeiro. Na audiência, Elisabete e as conselheiras pediram a criação dos cargos, já que os profissionais trabalham apenas como “credenciados”, ou seja, com vínculo precário.

De acordo com a avaliação da presidente do Cress-MT, Andreia Amorim, a reunião do dia 29 de agosto foi exitosa. O presidente do TJ disse ser favorável ao pleito e acreditar que a realização de um concurso era a melhor saída para a situação.

12 de Setembro

O Tribunal de Justiça de São Paulo publicou no Diário Oficial da Justiça o **Comunicado CG 1787/2018**, orientando os magistrados a estabelecerem convênio com as prefeituras municipais para cessão de assistentes sociais e psicólogos para o Judiciário.

A AASPSI Brasil repudiou esta forma velada de terceirização dos profissionais. O Tribunal de Justiça deve formar quadro próprio de funcionários, concursados e capacitados para a demanda de trabalho da Justiça. Desfaltar os quadros do Executivo não é a forma correta de cobrir a demanda dos fóruns. Lembramos que há um concurso em validade para ambas as categorias.

----- 29 de Agosto

Nossa Assessoria de Comunicação da AASPSI Brasil acompanhou o **Seminário Estadual de Educação em Direitos Humanos**, realizado no auditório da Defensoria Pública de São Paulo. O evento teve como objetivo principal o lançamento da nova etapa de elaboração do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos. Nesta nova etapa, foram organizados cinco eixos temáticos que reuniriam especialistas e ativistas para contribuírem na elaboração do Plano: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não Formal, Educação e Segurança Pública e Educação e Mídia.

Representando a Defensoria Pública de São Paulo, durante a mesa de abertura, a defensora Juliana Belloque afirmou que o seminário representava “a celebração de todo o trabalho realizado e também um marco de todo o processo de luta para fazer valer a realidade do plano”. “Foram 22 audiências públicas, um trabalho que exigiu muito fôlego, tanto da sociedade civil quanto dos profissionais envolvidos, que desde o início entenderam a importância e a grandeza deste projeto”, pontuou Priscila Rodrigues, representando a Ouvidora da Defensoria Pública.



07 de Novembro



A AASPSI Brasil, representada pela secretária geral, Maíla Rezende Vilela Luiz, participou da mesa de abertura do VII Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público. Nesta edição, o evento ocorreu em São Paulo, capital paulista e teve como tema “Direção social do trabalho do assistente social no Ministério Público: desafios e estratégias de garantia de direitos”.

Maíla também destacou a importância do evento e apresentou a Associação aos presentes. “Momento importante de debates e reflexões e do aprimoramento do trabalho profissional do assistente social no Ministério Público”, disse. Nossa diretora parabenizou a equipe organizadora e os participantes “por conseguir manter este evento na atual conjuntura”. O Encontro Nacional é realizado a cada dois anos desde 2006.

----- 14 de Novembro

“Psicologia, Direitos Sociais e Políticas Públicas, avanços e desafios”, este foi o tema do **V Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão**, realizado em São Paulo, entre os dias 14 e 18 de novembro. O evento, organizado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb), recebeu mais de 13 mil inscrições e se caracterizou como o maior da história do CBP. A AASPSI Brasil foi representada pela presidente, Ana Cláudia Junqueira Burd, pela primeira tesoureira Ângela Aparecida dos Santos e pela conselheira fiscal Lilian Magda de Macedo e por associados.

O CBP se caracteriza por ser o espaço para o diálogo da diversidade da Psicologia no Brasil, onde as questões, abordagens e construções da profissão se apresentam e são debatidas. A programação incluiu desde simpósios magnos, diálogos (im)pertinentes, minicursos, lançamentos de livros e seis mil trabalhos nas salas.

As três conferências magnas trataram da superação das desigualdades no acesso e qualidade da formação em Psicologia, dos desafios da intersectorialidade nas políticas públicas e das práticas profissionais em contextos sem muros.



Esther Arantes, Iolete Silva e nossa presidente Ana Cláudia Junqueira Burd

Jornada semanal de 30 horas

04 de Dezembro



Foram oito anos de espera e muita luta. Desde que a Lei 12.317/2010 foi sancionada pelo governo federal, assistentes sociais da Defensoria Pública de São Paulo esperam pela implantação da jornada máxima de 30 horas semanais. O órgão era o único do Sistema de Justiça do Estado que ainda não cumpria a legislação. Tribunal de Justiça e Ministério Público já adotaram a nova jornada há anos, tanto para assistentes sociais como para psicólogos. O MP, inclusive a adotou antes mesmo da lei federal.

Naquela 04/12 a espera terminou. A Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei Complementar 48/2018, que entre outras alterações no Quadro da Defensoria Pública, institui a jornada máxima semanal de 30 horas para assistentes sociais e psicólogos. A Assessoria de Comunicação da AASPSI Brasil acompanhou a votação, realizada na sessão extraordinária da Casa.

A equiparação da jornada destes profissionais com as categorias de outros órgãos foi possível por conta da apresentação da emenda nº 05 ao PLC, apresentada pela deputada Beth Sáhão (PT).

----- 27 de Novembro

Eleita a diretoria para a gestão 2018-2022. A chapa única “Articular, fortalecer e resistir” toma posse no dia 07 de dezembro.

Veja a composição da nova diretoria:

Diretoria Executiva:

Presidente: Maíla Rezende Vilela Luiz – assistente social do TJ-SP

Vice-presidente: Ana Cláudia Junqueira Burd – psicóloga do TJ-MG

Secretária geral: Cintia Aparecida da Silva – assistente social do MP-SP

Segundo secretário: Caio Cesar Wollmann Schaffer – assistente social do TJ-RJ

Primeira tesoureira: Gisele de Fátima Assoni – psicóloga do TJ-SP

Segunda tesoureira: Fatima Elizete Zanoni Mastelini – assistente social do TJ-SP

Conselho fiscal:

Lilian Magda de Macedo – psicóloga do TJ-SP

Katiuscia Cristina Pereira – assistente social do TJ-SP

Eduardo Campos de Almeida Neves – psicólogo do TJ-SP

Suplentes do Conselho Fiscal:

Maria Lucia de Souza – assistente social do TJ-SP

Ângela Aparecida dos Santos – psicóloga da Fundação Casa-SP

Silvaneide Maria Tavares – assistente social do TJ-TO

Conselho Consultivo:

Fátima Eugenia de Araújo – assistente social da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e da Assistência Social de Teresina – PI

Arlete Benedita de Oliveira – assistente social da Secretaria Adjunta de Justiça e de Direitos Humanos do Mato Grosso

Ana Maria Gomes de Souza Bertelli – assistente social do TJ-MG

Conselho Consultivo Suplente:

Newvone Ferreira da Costa – assistente social da Secretaria de Administração Prisional – RJ

Daniela Cristina Augusto Campos – assistente social da Defensoria Pública – SP

Elaine Cristina Major Pavanelo – assistente social do TJ-SP

[Confira aqui as propostas apresentadas pela chapa para a atual gestão](#)



**ASSOCIAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS DA ÁREA
SOCIOJURÍDICA DO BRASIL**

GESTÃO ARTICULAR, FORTALECER E RESISITIR

2018/2022

Redação e edição:



Jornalista responsável:

Ana Carolina Rios
Mtb: SP – 35.875